

Os militares no seu devido lugar

23-Jun-2008

Texto assinado por Heitor César, secretário nacional de Organização da UJC e civil

Os últimos acontecimentos no Rio de Janeiro envolvendo os militares demonstraram a total falta de controle da sociedade civil sobre os militares, que seqüestraram três jovens moradores da Providência (comunidade do Rio de Janeiro), e os conduziu a morte, sem nenhuma acusação formal contra os mesmo, os fazendo vítimas da violência e da arbitrariedade.

Devemos repudiar tal ação empreendida por verdadeiros criminosos, que gozando da impunidade proveniente de suas fardas, intimida a população e os próprios órgãos públicos de poder civil. Tal crime deve ser denunciado, e seus responsáveis presos e desligados do corpo militar, mesmo compreendendo que tal ação em pouco mudará a verdadeira situação dos militares, que possuem uma cultura autoritária e “mandonista”, intimidadora contra os civis e de poderes acima da lei.

Ora, se os militares são os primeiros a protestar contra o que eles chamam de crime de grande gravidade – a quebra da hierarquia – devemos lembrar que a própria hierarquia em nossa sociedade os coloca subordinados ao poder civil, e este sendo uma suposta emanção do povo, eles deveriam estar submetidos a população, e não desfilando como os donos do país, colocando a população como refém de sua condição de grupo armado, e portanto, os que em ultima análise podem mudar e decidir os rumos da população.

O estado de direito não pode conviver com o medo gerado pela chantagem dos militares de que eles podem sair do quartel e voltar a intervir na vida política do país, tal chantagem se torna clara quando vemos o presidente do País, chefe máximo da nação, ceder as pressões dos militares por aumento salarial, pela não intervenção nos assuntos relacionados à sua hierarquização, tal como no recente caso dos controladores de vôo, nitidamente pressionados pelo alto comando militar a não entrarem em greve, diante de condições adversas ao trabalho eficiente e de qualidade.

Os militares não podem sair do quartel para cumprir o papel do estado civil constituído, quebrando a hierarquia como fizeram em 1964, como defendem determinados políticos, ansiosos por resultados contra a violência, como se tal pudesse ser resolvida somente pelo uso arbitrário da força. Os militares na rua, no convívio com os civis, os colocam em condição de soldados, como se tais tivessem que os obedecer cegamente como um comando superior. A população civil não é soldado, não deve obediência aos militares, a disciplina dos quartéis que cria robôs sem vontades “maquina nas mãos de seus superiores”, não deve ser estendida as ruas. Os militares não devem tratar a população como seus subordinados, sendo eles os subordinados dos civis.

Os crimes cometidos pelos militares devem ser julgados sem fórum privilegiado, mas pela justiça civil, sem medo, sem chantagem, sem intimidação. A população não pode ser refém eternamente da força arbitrária dos militares, estes devem estar em seu devido lugar, subordinados a população civil.